

1. 607.211 pessoas acima de 10 anos de idade, correspondentes a 25,87% do total não têm instrução ou têm menos de um ano de estudo, sendo que 59,50% estão na zona rural;

2. 306.676 pessoas ou 13,08% do total têm de 1 a 2 anos de estudo, dos quais cerca de 54,74% estão na zona rural. Observe-se predomínio de pessoas quase sem escolaridade sobre os demais grupos, e que, embora a diferença quantitativa seja pequena, o maior contingente está na zona rural;

3. a partir do estrato seguinte, elevam-se as diferenças entre a escolaridade dos segmentos populacionais urbanos e rurais, com notória vantagem para os habitantes urbanos. Cerca de 693.418 pessoas, número que corresponde a 29,54% do total estudado, têm de 3 a 5 anos de estudo, sendo que 38,41% estão na zona rural;

4. quanto maior a escolaridade das pessoas, menor a presença delas no meio rural e essa diferença acentua-se progressivamente, como pode ser observado a seguir. Da população com 6 e até 10 anos de estudo, que corresponde a 434.224 pessoas (18,5%), cerca de 81,67% estão na zona urbana;

5. finalmente, a população economicamente ativa com 11 anos ou mais de estudo está composta de 304.136 pessoas (12,96% do total), das quais 95,30% estão na zona urbana. Depreende-se, como consequência, estar na cidade também a população melhor qualificada para assumir as ocupações mais bem remuneradas.

Tabela 14 – Instrução: pessoas de 10 anos e mais de idade, por Situação de domicílio, segundo os anos de estudo – Piauí.

Anos de estudo	Pessoas de 10 anos e mais de idade				
	Total geral (A)	Total urbano (B)	Total rural (C)	(B)/(A) x 100	(C)/(A) x 100
	2.346.685	1.457.290	889.395	62,09	37,90
1 a 2	306.676 (13,08%)	138.796	167.880	45,26	54,74
3 a 5	693.418 (29,54%)	427.066	266.352	61,59	38,41
6 a 10	434.224 (18,50)	354.625	79.599	81,67	18,33
11 e mais	304.136 (12,96%)	289.846	14.290	95,30	4,70
Sem instrução	607.211 (25,87%)	245.937	361.274	40,50	59,50
Não determinados e sem declaração	1.020	1.020			

Fonte dos dados básicos: IBGE/PNAD. 2002

Comentando a respeito de rendimentos e de escolaridade da população, é oportuno acrescentar dados do Banco Mundial, segundo os quais o Piauí apresenta o pior indicador educacional no Nordeste, sendo que os chefes de família têm em média 3,2 anos de escolaridade, enquanto no Maranhão são 3,4 anos e no Nordeste 3,8 anos.

O quadro é similar quanto ao analfabetismo: os índices no Piauí são 23% maiores que os do Nordeste para os homens e 26% maiores para as mulheres. O chefe de família é 3 vezes mais propenso a ser analfabeto do que seus contrapartes em qualquer lugar do Brasil.

O Piauí tem melhores indicadores relativos à saúde. Entretanto, os índices refletem plenamente o status de baixa renda dentro do Brasil. A expectativa de vida em muitos municípios em sua área mais pobre não excede a variação dos limites entre 55 a 57 anos.

A área de saúde infantil apresenta um quadro que requer toda a atenção do poder público, em decorrência de sua enorme fragilidade. É preocupante saber que sem a efetiva participação do Estado o quadro clínico das crianças até 5 anos de idade tenderia para a desagregação, pois ela encontra-se diretamente associada à escolaridade do chefe de família e ao seu padrão salarial.

As famílias cuja renda mensal está situada em torno de um ou menos salário-mínimo tendem a não poder oferecer alimentos e água de boa qualidade para os filhos de pouca idade, segundo constatou o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, em trabalho conjunto com o IBGE. Na ocasião, foi constatado que, com exceção de Teresina, nos demais municípios do Estado o percentual de crianças de até 5 anos de idade sem acesso a água de boa qualidade situava-se acima de 80%. Sabe-se ser a água origem de enfermidades que põem em risco a saúde infantil, sendo, portanto, um fator de risco que precisa ser eliminado.

Tabela 15 - Moradores em domicílios particulares permanentes, com abastecimento de água, no Estado do Piauí, no ano 2002.

Especificações	Com canalização interna		Sem canalização interna	
	Rede geral	Outro	Rede geral	Outro
Total	1.332.300	150.530	289.821	1.108.265
Urbana	1.274.641	31.634	236.751	204.079
Rural	57.659	118.896	53.070	904.186

Fonte: IBGE/PNAD

Em 1999, 41% dos piauienses tinham água encanada em pelo menos um compartimento de sua casa, a proporção maior que o Maranhão, mas 28% abaixo de outros estados do Nordeste. Tomando juntos esses índices de saúde educação e renda, o Piauí se apresenta como segundo mais baixo índice de desenvolvimento humano (0,547) entre os estados brasileiros (com média de 0,723, sendo mais baixo que o Estado do Maranhão).

Em termos gerais, no ano 2002, aproximadamente 46,25% da população do Estado têm seus domicílios ligados à rede geral de distribuição de água e dispõem de canalização interna, sendo que 95,67% desses domicílios encontram-se na zona urbana. O inverso desta informação é que somente 4,33% dos domicílios rurais estão beneficiados com água canalizada, sendo que 81,58% dos domicílios não estão ligados à rede geral e têm outras fontes como fornecedoras de água.

Estes fatores refletem de modo direto nas estatísticas envolvendo a mortalidade infantil. Em resposta às atitudes governamentais e de Organizações Não Governamentais, a mortalidade infantil tem decrescido muito, mas a sua ocorrência ainda é registrada em número bastante elevado. Em 1992, a mortalidade infantil era de 58,7 crianças mortas para cada 1.000 nascidas vivas. Este número caiu para 45,3, no ano 1999. Os dados para o ano 2003 não se encontram disponíveis, mas certamente são menores que os de três anos atrás. E modo geral, os ganhos têm sido maiores no Piauí em relação à média do Nordeste, todavia, maiores que as taxas brasileiras.

Na mesma linha de raciocínio é feita a análise da expectativa de vida ao nascer, que era de 63 anos, em 1992, atingindo 65,3 anos em 1999.

Tabela 16 - Brasil, Nordeste e Piauí: índice de mortalidade infantil 1992-1999

Área Geográfica	Taxa de Mortalidade Infantil (Por 1000 Nascidos Vivos)		
	1992	1999	VAR (%)
Brasil	43,0	34,6	-19,53
Nordeste	65,2	53,0	-18,71
Piauí	58,7	45,3	-22,83

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Tabela 17 - Brasil, Nordeste e Piauí: Esperança de Vida ao Nascer 1992-1999

Área Geográfica	Esperança de Vida ao Nascer (Em Anos)		
	1992	1999	VAR (%)
Brasil	66,3	68,4	3,17
Nordeste	63,1	65,5	3,80
Piauí	63,0	65,3	3,65

Fonte: IBGE – Síntese de Indicadores Sociais 2000.

No que tange à educação, este início de século encontra o Piauí com uma população alfabetizada da ordem de 70,56%, (ano 2001), portanto com uma parcela não alfabetizada correspondente a 28,30% da população.

O Ensino Fundamental tem centralizado um enorme esforço governamental, alcançando níveis de matrícula da ordem de 98% do total de crianças dos 7 a 14 anos, matrículas incentivadas pelos programas federais existentes, apoiadas pelo governo do Estado. O desafio que se segue consiste da melhoria da qualidade do Ensino Fundamental. Os estudantes da rede pública não têm suficiência de preparo para competir com os seus colegas dos melhores colégios da rede privada. Neste sentido, a função do Poder Público será a de prover as escolas com professores adequadamente preparados para o magistério, bem como dotar as escolas das melhores condições de trabalho, nos aspectos tecnológicos e de infra-estrutura geral.

De acordo com estatística do IBGE/PNAD (2002), estavam matriculados no ensino fundamental, 770.505 estudantes de mais de 5 anos de idade; 15.820 estudantes no Supletivo, 140.824 estudantes no ensino médio, e 50.519 estudantes matriculados no Nível Superior.

Deve-se ressaltar igualmente que o Governo do Estado tem desenvolvido a política de repasse das responsabilidades quanto à gestão do Ensino Fundamental para os municípios, seguindo as orientações legais e políticas do setor. Caberá assim, à administração estadual a responsabilidade pela universalização dos serviços do Ensino Médio.

Este quadro geral do Estado, oferece antecipadamente a dimensão dos desafios propostos à administração estadual nos próximos quatro anos. Muito especialmente, procurou-se estabelecer um diagnóstico claro das dificuldades relativas a dois obstáculos principais para a superação da situação de pobreza da população estadual: o baixo dinamismo da economia e os baixos índices de qualidade de vida, principalmente quando considerada a situação educacional da população piauiense.

2. Principais Problemas a Enfrentar:

A descrição dos principais problemas a enfrentar no Estado do Piauí deve ser iniciada pela caracterização da metodologia que a atual administração implementou para realizar um